

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	22
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	23
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	24
Demonstração do Valor Adicionado	25

Relatório da Administração	27
----------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,03588
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,15501
Reunião do Conselho de Administração	09/05/2014	Dividendo	12/05/2014	Ordinária		0,00230
Reunião do Conselho de Administração	09/05/2014	Dividendo	12/05/2014	Ordinária		0,04921
Reunião do Conselho de Administração	02/06/2014	Dividendo	02/06/2014	Ordinária		0,01435
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Dividendo	27/06/2014	Ordinária		0,01149
Reunião do Conselho de Administração	28/07/2014	Dividendo	29/07/2014	Ordinária		0,04323
Reunião do Conselho de Administração	17/09/2014	Dividendo	17/09/2014	Ordinária		0,11446
Reunião do Conselho de Administração	18/11/2014	Dividendo	19/11/2014	Ordinária		0,05344
Reunião do Conselho de Administração	08/12/2014	Dividendo	09/12/2014	Ordinária		0,08979

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.711.402	1.659.569	1.589.788
1.01	Ativo Circulante	383.514	364.882	183.245
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	337.874	320.520	8.306
1.01.01.01	Caixa e Bancos	337.874	320.520	8.306
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.481	14.523	12.715
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.481	14.523	12.715
1.01.07	Despesas Antecipadas	34	25	1
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.125	29.814	162.223
1.01.08.03	Outros	31.125	29.814	162.223
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1.752	16.303	151.903
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	28.800	12.741	9.770
1.01.08.03.03	Outros créditos	573	770	550
1.02	Ativo Não Circulante	1.327.888	1.294.687	1.406.543
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.159	90.549	115.237
1.02.01.06	Tributos Diferidos	853	3.151	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	96.252	87.384	115.237
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	96.252	87.384	114.373
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	864
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54	14	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	54	14	0
1.02.02	Investimentos	1.177.041	1.161.822	1.258.369
1.02.02.01	Participações Societárias	1.177.041	1.161.822	1.258.369
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.177.041	1.161.822	1.258.369
1.02.03	Imobilizado	31.819	25.583	17.807
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.819	25.583	17.807
1.02.04	Intangível	21.869	16.733	15.130
1.02.04.01	Intangíveis	21.869	16.733	15.130

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.711.402	1.659.569	1.589.788
2.01	Passivo Circulante	37.759	30.678	22.849
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.594	11.722	8.322
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.594	11.722	8.322
2.01.02	Fornecedores	6.570	5.768	3.881
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.570	5.768	3.881
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.061	1.000	852
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.061	1.000	852
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.061	1.000	852
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.892	9.248	7.082
2.01.04.02	Debêntures	9.892	9.248	7.082
2.01.05	Outras Obrigações	1.337	2.940	2.712
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	135	126	16
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	135	126	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	16
2.01.05.02	Outros	1.202	2.814	2.696
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26	1.722
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.176	2.788	974
2.01.06	Provisões	1.305	0	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.305	0	0
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de renda e Contribuição social	1.305	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	868.466	825.411	790.824
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	867.801	825.316	790.453
2.02.01.02	Debêntures	867.801	825.316	790.453
2.02.02	Outras Obrigações	515	0	365
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	365
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	0	365
2.02.02.02	Outros	515	0	0
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	515	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	6
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	6
2.02.04	Provisões	150	95	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150	95	0
2.03	Patrimônio Líquido	805.177	803.480	776.115
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	2.995	1.313	433
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.995	1.313	433
2.03.04	Reservas de Lucros	105.467	105.452	78.967
2.03.04.01	Reserva Legal	98.673	78.843	56.712
2.03.04.10	Reservas de dividendos	6.794	26.609	22.255

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	178.565	116.845	109.373
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-127.834	-84.706	-64.011
3.03	Resultado Bruto	50.731	32.139	45.362
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	413.779	471.307	431.668
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.211	-4.772	-4.783
3.04.05.01	Outras Receitas/Despesas Líquidas	-45	0	-11
3.04.05.02	Amortização de Ágio de Investimento	-5.166	-4.772	-4.772
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	418.990	476.079	436.451
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	389.463	432.323	414.444
3.04.06.02	Juros sobre o capital próprio recebidos	29.527	43.756	22.007
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	464.510	503.446	477.030
3.06	Resultado Financeiro	-60.295	-64.017	-39.830
3.06.01	Receitas Financeiras	46.280	28.723	31.185
3.06.02	Despesas Financeiras	-106.575	-92.740	-71.015
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	404.215	439.429	437.200
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.622	3.175	-769
3.08.01	Corrente	-5.324	18	-763
3.08.02	Diferido	-2.298	3.157	-6
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	396.593	442.604	436.431
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	396.593	442.604	436.431
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,56923	0,63527	0,62641

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	396.593	442.604	436.431
4.03	Resultado Abrangente do Período	396.593	442.604	436.431

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	79.075	60.501	65.393
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	87.988	56.265	66.459
6.01.01.01	Lucro Líquido	396.593	442.604	436.431
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	9.906	8.171	6.867
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	5.166	4.772	4.772
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	102.689	88.357	67.871
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-418.990	-476.079	-436.451
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	275	14	894
6.01.01.07	Tributos diferidos	2.298	-3.157	6
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuo	-10.518	-8.906	-14.253
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	887	394	322
6.01.01.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	42	93	0
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	13	2	0
6.01.01.12	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-4	0	0
6.01.01.13	Capitalização de juros	-369	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.913	4.236	-1.066
6.01.02.01	Tributos a recuperar	42	-1.808	-3.052
6.01.02.02	Outros créditos e outras contas a receber	197	-220	-357
6.01.02.03	Fornecedores	802	1.887	681
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-9	-24	-1
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	5.872	3.400	2.546
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	61	148	28
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-1.097	1.814	-911
6.01.02.08	Partes relacionadas	-16.050	-947	0
6.01.02.09	Pagamento de depósitos judiciais	-36	-14	0
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	1.305	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	394.417	720.856	339.573
6.02.01	Dividendos recebidos	494.951	740.940	248.532
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-21.184	-17.564	-13.203

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	1.650	34.480	104.244
6.02.04	Aumento de Capital - Ecopistas	-81.000	-37.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-456.138	-469.143	-664.791
6.03.01	Juros pagos	-59.560	-51.328	-73.226
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	0	778.462
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	0	-415.700
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-396.578	-417.815	-954.327
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.354	312.214	-259.825
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	320.520	8.306	268.131
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	337.874	320.520	8.306

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.682	-26.609	-369.969	0	-394.896
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.682	0	0	0	1.682
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-369.969	0	-396.578
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	396.593	0	396.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	396.593	0	396.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.624	-26.624	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.624	-26.624	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	880	-22.255	-393.864	0	-415.239
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	880	0	0	0	880
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-371.984	0	-394.239
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.880	0	-21.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.604	0	442.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.604	0	442.604
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.740	-48.740	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	22.131	-22.131	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	26.609	-26.609	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	322	-431.055	-392.356	0	-517.657
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322
5.04.06	Dividendos	0	0	-431.055	-367.744	0	-798.799
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.612	0	-24.612
5.04.08	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	436.431	0	436.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	436.431	0	436.431
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.075	-44.075	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	21.821	-21.821	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	22.254	-22.254	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	433	78.967	0	0	776.115

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	201.116	131.628	123.428
7.01.02	Outras Receitas	201.116	131.628	123.428
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.380	-26.029	-19.335
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-34.214	-21.257	-14.563
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.166	-4.772	-4.772
7.03	Valor Adicionado Bruto	161.736	105.599	104.093
7.04	Retenções	-9.906	-8.171	-6.867
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.906	-8.171	-6.867
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	151.830	97.428	97.226
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	465.270	504.802	467.636
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	418.990	476.079	436.451
7.06.02	Receitas Financeiras	46.280	28.723	31.185
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	617.100	602.230	564.862
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	617.100	602.230	564.862
7.08.01	Pessoal	80.922	52.982	40.696
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.679	45.841	35.401
7.08.01.02	Benefícios	8.127	4.883	3.571
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.116	2.258	1.724
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.173	11.608	14.824
7.08.02.01	Federais	26.177	9.000	12.362
7.08.02.03	Municipais	3.996	2.608	2.462
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	109.412	95.036	72.911
7.08.03.01	Juros	61.023	52.492	43.908
7.08.03.02	Aluguéis	2.837	2.296	1.896
7.08.03.03	Outras	45.552	40.248	27.107
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	396.593	442.604	436.431
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	21.880	24.612
7.08.04.02	Dividendos	369.969	371.984	367.744
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.624	48.740	44.075

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	4.227.674	4.049.830	3.004.762
1.01	Ativo Circulante	725.124	921.800	256.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	505.233	708.896	68.126
1.01.01.01	Caixa e Bancos	505.233	708.896	68.126
1.01.03	Contas a Receber	111.170	104.852	93.859
1.01.03.01	Clientes	111.170	104.852	93.859
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.218	15.832	13.583
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.218	15.832	13.583
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.467	5.094	4.369
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	4.467	5.094	4.369
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	81.036	87.126	76.954
1.01.08.03	Outros	81.036	87.126	76.954
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	54.959	70.740	66.722
1.01.08.03.03	Outros créditos	13.314	14.512	10.232
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	12.763	1.874	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.502.550	3.128.030	2.747.871
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	183.871	155.463	179.247
1.02.01.03	Contas a Receber	0	0	20.574
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	20.574
1.02.01.06	Tributos Diferidos	125.626	129.905	132.322
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	125.626	129.905	132.322
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	240	290	340
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	878
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	878
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.005	25.268	25.133
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	58.005	15.075	13.283
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	0	10.193	11.850
1.02.03	Imobilizado	146.579	137.071	122.680
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	146.579	137.071	122.680

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04	Intangível	3.172.100	2.835.496	2.445.944
1.02.04.01	Intangíveis	3.172.100	2.835.496	2.445.944

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	4.227.674	4.049.830	3.004.762
2.01	Passivo Circulante	374.396	644.314	582.408
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.009	26.896	21.411
2.01.01.01	Obrigações Sociais	34.009	26.896	21.411
2.01.02	Fornecedores	59.682	57.509	45.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.682	57.509	45.159
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.159	20.807	17.343
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.159	20.807	17.343
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	20.159	20.615	17.115
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	192	228
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	114.083	412.047	358.727
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.034	242.144	187.893
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.034	242.144	187.893
2.01.04.02	Debêntures	80.049	169.903	170.586
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	0	248
2.01.05	Outras Obrigações	35.170	54.800	55.349
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.830	3.316	5.179
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	42	39	16
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.788	3.277	5.163
2.01.05.02	Outros	32.340	51.484	50.170
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26	1.722
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	18.993	18.888	19.356
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	13.321	32.570	29.092
2.01.06	Provisões	111.293	72.255	84.419
2.01.06.02	Outras Provisões	111.293	72.255	84.419
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	66.827	49.932	63.531
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	7.832	9.519	2.141
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	36.634	12.804	18.747
2.02	Passivo Não Circulante	3.045.407	2.598.725	1.643.034

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.736.388	2.310.625	1.391.336
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	222.970	201.065	118.333
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	222.970	201.065	118.333
2.02.01.02	Debêntures	2.513.418	2.109.560	1.273.003
2.02.02	Outras Obrigações	50.476	55.827	67.505
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	38
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	0	38
2.02.02.02	Outros	50.476	55.827	67.467
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	18.228	12.671	16.541
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	559	605
2.02.02.02.05	Obrigações com o poder concedente	32.248	42.597	50.321
2.02.03	Tributos Diferidos	26.348	36.683	20.658
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.348	36.683	20.658
2.02.04	Provisões	232.195	195.590	163.535
2.02.04.02	Outras Provisões	232.195	195.590	163.535
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	78.319	65.206	38.364
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	151.439	128.116	115.131
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	2.437	2.268	10.040
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	807.871	806.791	779.320
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	2.995	1.313	433
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.995	1.313	433
2.03.04	Reservas de Lucros	105.467	105.452	78.967
2.03.04.01	Reserva Legal	98.673	78.843	56.712
2.03.04.10	Reserva de dividendos	6.794	26.609	22.255
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.694	3.311	3.205

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.214.482	2.067.554	1.719.427
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.232.556	-1.063.086	-785.703
3.03	Resultado Bruto	981.926	1.004.468	933.724
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.889	-83.441	-89.201
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.889	-83.441	-89.201
3.04.02.01	Outras Despesas/Receitas Líquidas	451	-352	-154
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.340	-83.089	-89.047
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	901.037	921.027	844.523
3.06	Resultado Financeiro	-279.044	-241.238	-187.653
3.06.01	Receitas Financeiras	84.732	64.063	36.394
3.06.02	Despesas Financeiras	-363.776	-305.301	-224.047
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	621.993	679.789	656.870
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-219.837	-230.716	-215.172
3.08.01	Corrente	-225.893	-212.274	-201.322
3.08.02	Diferido	6.056	-18.442	-13.850
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	402.156	449.073	441.698
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	402.156	449.073	441.698
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	396.593	442.604	436.431
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.563	6.469	5.267
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,56923	0,63527	0,52641

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	402.156	449.073	441.698
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	402.156	449.073	441.698
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	396.593	442.604	436.431
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.563	6.469	5.267

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	973.606	921.325	822.822
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.106.478	1.035.482	921.059
6.01.01.01	Lucro Líquido	402.156	449.073	441.698
6.01.01.02	Depreciação e amortização	248.666	193.689	156.014
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	324.200	265.502	195.058
6.01.01.05	Variação monetária sobre credor pela concessão	6.393	7.644	9.813
6.01.01.06	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-9.909	-6.606	-3.954
6.01.01.07	Perda / baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	2.205	833	2.798
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuo	0	0	-1.220
6.01.01.09	Tributos diferidos	-6.056	18.442	14.071
6.01.01.10	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras	103.696	74.907	69.964
6.01.01.11	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	15.352	17.057	10.534
6.01.01.12	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17.389	10.111	11.364
6.01.01.13	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.375	3.193	2.826
6.01.01.14	Capitalização de juros	-378	-934	-1.539
6.01.01.15	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	-135	1.376	0
6.01.01.16	Plano de opção com base em ações	1.682	880	322
6.01.01.17	Levantamento dos depósitos judiciais	536	1.414	14.730
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.694	-1.099	-1.420
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-132.872	-114.157	-98.237
6.01.02.01	Clientes	-6.183	-12.369	-19.645
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-7.386	-2.249	-2.996
6.01.02.03	Despesas antecipadas	677	-675	603
6.01.02.04	Outros créditos e outras contas a receber	1.198	1.494	-6.154
6.01.02.05	Fornecedores	2.173	12.350	7.975
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	7.113	5.485	5.251
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-456	3.500	852
6.01.02.08	Pagamento de perdas tributários, trabalhistas e cíveis	-7.651	-17.382	-8.039
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-13.692	-392	21.030

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.10	Partes relacionadas	-11.375	-2.897	0
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	23.830	-5.943	336
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-80.348	-92.972	-79.627
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-40.772	-2.107	-17.823
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-602.785	-558.174	-336.245
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-596.605	-551.811	-334.105
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	0	0	2.964
6.02.04	Acionistas não controladores	-6.180	-6.363	-5.104
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-574.484	277.619	-850.394
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	35.883	4.245	-7.311
6.03.02	Obrigações com o poder concedente	-16.637	-15.836	-13.515
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	429.718	1.014.731	855.371
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-400.139	-177.530	-537.950
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-396.578	-417.815	-954.870
6.03.07	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-751	-82	-102
6.03.08	Efeito caixa do aumento de capital com investimento líquido do caixa	0	0	18.912
6.03.09	Juros pagos	-225.980	-130.094	-210.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-203.663	640.770	-363.817
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	708.896	68.126	431.943
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	505.233	708.896	68.126

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.682	-26.609	-369.969	0	-394.896	-6.180	-401.076
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.682	0	0	0	1.682	16	1.698
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-369.969	0	-396.578	-6.196	-402.774
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	396.593	0	396.593	5.563	402.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	396.593	0	396.593	5.563	402.156
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.624	-26.624	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.624	-26.624	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	880	-22.255	-393.864	0	-415.239	-6.363	-421.602
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	880	0	0	0	880	0	880
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-371.984	0	-394.239	-6.363	-400.602
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.880	0	-21.880	0	-21.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.604	0	442.604	6.469	449.073
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.604	0	442.604	6.469	449.073
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.740	-48.740	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	22.131	-22.131	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	26.609	-26.609	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	322	-431.055	-392.356	0	-517.657	-5.104	-522.761
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322	0	322
5.04.06	Dividendos	0	0	-431.055	-367.744	0	-798.799	0	-798.799
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.612	0	-24.612	-5.104	-29.716
5.04.08	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	436.431	0	436.431	5.267	441.698
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	436.431	0	436.431	5.267	441.698
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.075	-44.075	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	21.821	-21.821	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	22.254	-22.254	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	2.395.698	2.232.597	1.868.325
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.776.129	1.689.156	1.511.504
7.01.02	Outras Receitas	93.425	64.192	66.812
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	526.144	479.249	290.009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-868.132	-793.486	-577.187
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-829.142	-750.685	-532.212
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.990	-42.801	-44.975
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.527.566	1.439.111	1.291.138
7.04	Retenções	-248.666	-193.689	-156.014
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-248.666	-193.689	-156.014
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.278.900	1.245.422	1.135.124
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	84.732	64.063	36.394
7.06.02	Receitas Financeiras	84.732	64.063	36.394
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.363.632	1.309.485	1.171.518
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.363.632	1.309.485	1.171.518
7.08.01	Pessoal	184.389	148.063	131.351
7.08.01.01	Remuneração Direta	150.574	120.468	108.479
7.08.01.02	Benefícios	27.673	21.899	17.963
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.142	5.696	4.909
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	400.843	395.687	364.070
7.08.02.01	Federais	305.456	306.592	284.011
7.08.02.03	Municipais	95.387	89.095	80.059
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	376.244	316.662	234.399
7.08.03.01	Juros	189.076	164.271	129.944
7.08.03.02	Aluguéis	12.468	11.361	10.352
7.08.03.03	Outras	174.700	141.030	94.103
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	402.156	449.073	441.698
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	21.880	24.612
7.08.04.02	Dividendos	369.969	371.984	367.744

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.624	48.740	44.075
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.563	6.469	5.267

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores Acionistas

A Administração da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seu acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A EcoRodovias Concessões é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul. Em 2014, registramos a passagem de 228,8 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 5 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2014	2013	Var.
Comercial			
Ecovias dos Imigrantes	29.269	29.059	0,7%
Ecopistas	32.128	30.975	3,7%
Ecovia Caminho do Mar	11.171	11.473	-2,6%
Ecocataratas	17.800	17.230	3,3%
Ecosul Rodovias do Sul	20.924	19.973	4,8%
Total	111.292	108.710	2,4%
Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	34.719	32.873	5,6%
Ecopistas	59.815	57.038	4,9%
Ecovia Caminho do Mar	4.943	4.496	9,9%
Ecocataratas	10.777	10.481	2,8%
Ecosul Rodovias do Sul	7.256	6.455	12,4%
Total	117.510	111.343	5,5%
Comercial + Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	63.988	61.932	3,3%
Ecopistas	91.943	88.013	4,5%
Ecovia Caminho do Mar	16.114	15.969	0,9%
Ecocataratas	28.577	27.711	3,1%
Ecosul Rodovias do Sul	28.180	26.428	6,6%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	228.802	220.053	4,0%

Veículos comerciais – apresentaram crescimento de 2,4% em 2014, quando comparado ao ano anterior. O aumento no volume de exportação de soja e milho influenciou diretamente as concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul. O crescimento na Ecopistas ocorreu em

Relatório da Administração

função do desempenho do setor industrial na região. Em São Paulo, adicionalmente, como contrapartida ao não reajuste das tarifas, iniciou-se a cobrança dos eixos suspensos para caminhões em julho de 2013.

Veículos de passeio – cresceram 5,5% em 2014, as condições climáticas favoráveis impactaram o fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos estados das regiões Sudeste e Sul do país: houve crescimento de 5,6% na Ecovias dos Imigrantes, 4,9% na Ecopistas, 9,9% na Ecovia Caminho do Mar e 2,8% na Ecocataratas. O desenvolvimento do Polo de Pelotas, influenciado pela ampliação do polo naval de Rio Grande foi o grande impulsionador do crescimento de 12,4% na concessionária Ecosul.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2014	2013	Var.
Comercial			
Ecovias dos Imigrantes	29.269	29.059	0,7%
Ecopistas	32.128	30.975	3,7%
Ecovia Caminho do Mar	11.171	11.473	-2,6%
Ecocataratas	17.800	17.230	3,3%
Ecosul Rodovias do Sul	20.924	19.973	4,8%
Total	111.292	108.710	2,4%
Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	34.719	32.873	5,6%
Ecopistas	59.815	57.038	4,9%
Ecovia Caminho do Mar	4.943	4.496	9,9%
Ecocataratas	10.777	10.481	2,8%
Ecosul Rodovias do Sul	7.256	6.455	12,4%
Total	117.510	111.343	5,5%
Comercial + Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	63.988	61.932	3,3%
Ecopistas	91.943	88.013	4,5%
Ecovia Caminho do Mar	16.114	15.969	0,9%
Ecocataratas	28.577	27.711	3,1%
Ecosul Rodovias do Sul	28.180	26.428	6,6%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	228.802	220.053	4,0%

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Receitas de Pedágio	1.776,1	1.689,2	5,1%
Receita de Construção ICPC-01	526,1	479,2	9,8%
Receita de Serviços	32,4	8,6	276,7%
Receita Acessória	61,1	55,6	9,9%
Total	2.395,7	2.232,6	7,3%

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 2.395,7 milhões em 2014, crescimento de 7,3% em relação à 2013, devido ao aumento da receita de concessões rodoviárias ocasionado pelo aumento do tráfego em 4,0%

A receita de construção apresentou crescimento de 9,9% devido às obras referente ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes concluídas em outubro de 2014

Relatório da Administração

A receita de serviços apresentou crescimento expressivo devido ao aumento do escopo dos serviços para as empresas ECO101, Elog e Ecoporto.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 2.214,5 milhões em 2014 e R\$ 2.067,6 milhões em 2013.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Pessoal	184,4	148,1	24,5%
Conservação e manutenção	69,4	76,7	-9,5%
Serviços de terceiros	85,4	70,9	20,5%
Poder Concedente, locações e seguros	49,8	56,4	-11,7%
Outros	46,4	46,3	0,2%
Custos Caixa	435,4	398,4	9,3%
Depreciação/Amortização	248,7	193,7	28,4%
Provisão Manutenção ICPC 01	103,7	74,9	38,5%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	526,1	479,2	9,8%
TOTAL	1.313,9	1.146,2	14,6%

Em 2014, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 1.313,9 milhões, comparados aos R\$ 1.146,2 milhões em 2013, apresentando um aumento de 14,6%. Os custos caixa atingiram R\$ 435,4 milhões, 9,3% superior a 2013.

Os principais motivos para tais variações foram:

Pessoal: R\$ 184,4 milhões em 2014, 24,5% superior a 2013, devido à aplicação do dissídio em todas as concessionárias do grupo e contratação de funcionários para o aumento de escopo dos serviços prestados às empresas do Grupo EcoRodovias.

Conservação e Manutenção: R\$ 69,4 milhões em 2014, 9,5% inferior a 2013, resultante de menor conservação de rotina na estrutura rodoviária;

Serviços de terceiros: R\$ 85,4 milhões em 2014, 20,5% superior a 2014 devido basicamente aos estudos de novas oportunidades em concessão rodoviárias.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$ 49,8 milhões em 2013, 11,7% inferior a 2013, decorrente da redução da outorga variável da Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas, de 3,0% da receita de pedágio para 1,5%, a partir de julho de 2013.

Depreciação e Amortização: R\$ 248,7 milhões em 2014, 28,4% superior a 2013, devido às obras realizadas nas concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas.

Custo de construção de obras: R\$ 526,1 milhões em 2014, 9,8% superior a 2013, resultante da maior quantidade de obras nas concessionárias, dentre as quais se destacam as obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes concluídas em outubro de 2014.

Outros: R\$ 46,4 milhões em 2014, em linha com 2013.

Relatório da Administração

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1.149,7 milhões, um crescimento de 3,1% em relação aos R\$1.114,7 milhões obtidos em 2013. A margem EBITDA atingiu 51,9% em 2014, uma redução de 2,0 pontos percentuais em relação 2013 devido aos aumentos da receita de construção e provisão para manutenção em R\$ 28,8 milhões.

EBITDA			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Lucro líquido	396,6	442,6	-10,4%
Imposto de renda e contribuição social	219,8	230,7	-4,7%
Resultado financeiro	279,0	241,2	15,7%
Depreciação e amortização	248,7	193,7	28,4%
Participação de minoritários	5,6	6,5	-13,8%
EBITDA	1.149,7	1.114,7	3,1%
Margem EBITDA	51,9%	53,9%	-2,0 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido, em 2013, foi de R\$ 279,0 milhões negativos, aumento de 15,7% em relação aos R\$ 241,2 milhões negativos em 2013. Esta variação ocorreu devido às altas dos juros e inflação ocorridas ao longo de 2014.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2014, o lucro líquido atingiu R\$ 396,6 milhões, queda de 10,4% em relação a 2013, devido ao aumento dos custos com depreciação e amortização, provisão para manutenção, representando margem líquida de 17,9%.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias Concessões encerrou dezembro de 2014 com saldo de caixa e equivalentes a caixa e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 560,2 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por empréstimos e financiamentos e debêntures), atingiu o valor de R\$ 2.850,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão) foi de R\$ 2.290,2 milhões.

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 2,0x

Relatório da Administração

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Concessões Rodoviárias			
Curto Prazo	114,0	412,0	-72,3%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	34,0	242,1	-86,0%
Debêntures	80,0	169,9	-52,9%
Longo Prazo	2.736,4	2.310,7	18,4%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	223,0	201,1	10,9%
Debêntures	2.513,4	2.109,6	19,1%
Endividamento Financeiro Bruto¹	2.850,4	2.722,7	4,7%
Credor pela Concessão	51,2	61,5	-24,4%
Endividamento Bruto	2.901,6	2.784,2	4,2%
Caixa e equivalentes de caixa	560,2	789,8	-29,1%
Endividamento Financeiro Líquido¹	2.290,2	1.932,9	18,5%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela EcoRodovias Concessões totalizou R\$ 675,2 milhões em 2014. Os principais investimentos realizados em 2014 nas concessões rodoviárias foram obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes concluídas em outubro de 2014 e obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna (Ecopistas). Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	2014		Total
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	
Concessões Rodoviárias			
Ecovias dos Imigrantes	330,6	31,1	361,7
Ecopistas	131,2	-	131,2
Ecovia Caminho do Mar	47,8	6,9	54,7
Ecocataratas	18,4	39,8	58,2
Ecosul - Rodovias do Sul	47,2	0,8	48,0
EcoRodovias Conc. e Serviços	21,6	-	21,6
CONSOLIDADO	596,8	78,6	675,4

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias Concessões está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa do Grupo EcoRodovias.

Diante disso, em 2014, o Grupo deu mais um passo ao lançar uma importante ferramenta para a disseminação das informações à diretoria e membros do Conselho: o Portal de Governança Corporativa. Centralizando as informações em um único e moderno canal para que circulem de forma ágil e segura, a ferramenta atende a um dos requisitos de boas práticas do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), agregando ainda mais valor ao sistema de Governança da companhia. Todos os esforços que podem ser verificados por meio de diversos prêmios conquistados ao longo do ano.

Relatório da Administração

Pela Época NEGÓCIOS 360º, o Grupo EcoRodovias foi considerado o número 1 do Brasil na área de Governança Corporativa. O levantamento da revista foi realizado em parceria com a conceituada Fundação Dom Cabral.

O Prêmio ISTOÉ Empresas + Conscientes também elegeu a empresa como uma das cinco melhores do país na categoria Governança Corporativa e o Índice de Governança Corporativa (IGC), produzido pela Delta Economics & Finance para a revista AméricaEconomia Brasil, nos reconheceu entre as 10 companhias brasileiras com maior pontuação no ranking.

Todos esses reconhecimentos dão a certeza que a Companhia está no caminho certo e, exatamente por isso, continuará seguindo as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, do IBGC. Dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários e políticas uso de informações e divulgação de ato ou fato relevante e de negociação com valores mobiliários.

A cultura anticorrupção é outro importante ponto a ser destacado por já estar arraigada na administração e entre os colaboradores, sendo que, desde a entrada em vigor da Lei Anticorrupção, em janeiro de 2014, a Companhia tem divulgado de forma contundente os termos da referida lei. O Grupo EcoRodovias já possui, por exemplo, normas estruturadas de controle de riscos e um Código de Conduta Empresarial que veda ações como a promessa de vantagens a agentes públicos, pagamento de propinas, frustração de competitividade, etc. Além disso, há um Comitê de Ética, formado por membros da alta administração, que tem por objetivo processar e apurar as denúncias a ele direcionadas, cujo tratamento é sigiloso.

No entanto, não obstante a todas essas atividades já desempenhada, o Grupo EcoRodovias reuniu um grupo de trabalho formado pelas diretorias Jurídica e de Gestão de Pessoas, e as gerências de Riscos e Controles Internos e de Comunicação Interna com o objetivo de aprimorar ainda mais os controles e políticas existentes, desenvolvendo um plano de ação amplo dentro do Grupo.

GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2014 foi de extrema importância para os projetos e ações de desenvolvimento e gestão de pessoas dentro do Grupo EcoRodovias. Com o aval do Conselho de Administração e do presidente do Grupo, pode-se afirmar com tranquilidade e com muita honra que os cerca de 6 mil colaboradores que fazem parte da companhia passaram a ser vistos de uma forma cada vez mais estratégica.

Projetos como o diagnóstico de cultura, a revisão do modelo de remuneração executiva, a construção de um único plano de cargos e salários considerando as particularidades de cada negócio, a construção de um *dashboard* com indicadores de gestão de pessoas e a reformulação de toda a comunicação interna do Grupo, entre outros pontos, foram projetos desempenhados ao longo de 2014 fundamentais para esse processo.

A crença do Grupo de investir permanentemente no desenvolvimento de seus colaboradores, em todos os níveis, está cada vez mais forte. Como evidência disso, pode-se destacar os treinamentos realizados ao longo de 2014 com todos as lideranças do Grupo, em todos os níveis, por meio da Escola de Líderes. Vale ressaltar ainda que a área de Gestão de Pessoas continua priorizando programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com apoio ao esporte à saúde e diversos outros pontos.

Relatório da Administração

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com ECO no nome e no DNA, a missão do Grupo EcoRodovias é de atuar de forma sustentável, adotando iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Em 2014, uma meta importante foi alcançada neste sentido: neutralizamos 100% das emissões diretas de carbono referentes ao ano anterior. Trata-se do primeiro grupo de concessões rodoviárias a alcançar tal feito. Esse resultado foi gerado pela compra e cancelamento voluntário de créditos de carbono vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto. O projeto escolhido para compensar as emissões foi o do Aterro de Manaus (AM), onde o biogás é coletado e queimado, com alta eficiência, o que reduz as emissões de Gases do Efeito Estufa e ainda produz energia elétrica limpa. No total, a iniciativa representa a compensação de 22 toneladas de CO2 equivalente.

Além disso, outro ponto importante a ser destacado de 2014 é o Programa de Eficiência Energética do Grupo EcoRodovias, que tem o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade e melhorar a eficiência energética em suas operações e estruturas de negócios. As ações, desenvolvidas pelas concessões rodoviárias, fazem parte do nosso compromisso com práticas destinadas à mitigação das mudanças climáticas. Cabe destacar que todas as ações seguiram diretrizes da Política de Sustentabilidade e estratégias corporativas, além de outras normativas voltadas ao bom desempenho do Sistema de Gestão Integrada, incluindo a ISO 9001 (Gestão da Qualidade), a ISO 14001 (Gestão Ambiental) e a OHSAS 18001 (Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional) do Grupo.

Ainda sobre a sustentabilidade no Grupo, vale destacar que as ações da EcoRodovias, pelo quarto ano consecutivo, permanecem na carteira do ISE/BM&FBovespa, fato de extrema importância para a companhia.

Outros diversos projetos desenvolvidos ao longo da trajetória do Grupo e em todas as controladas nos faz honrar o compromisso com o nome ECO, tais como:

- Ecoviver: tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias.
- Voluntários do Bem: projeto de voluntariado, em que os colaboradores dão aulas a crianças de escolas públicas sobre valorização dos recursos naturais, a utilização de estradas e conceitos básicos de administração de uma empresa.
- Saúde do Caminhoneiro: em alguns períodos do ano, as concessionárias disponibilizam exames médicos a caminhoneiros, além de palestras sobre saúde.
- Reinventar: iniciativa com objetivo de reaproveitar as lonas utilizadas em painéis publicitários ao longo das rodovias e transformá-las em produtos como bolsas, pastas, estojos, aventais, gerando renda para costureiras.
- Virando o Jogo: projeto que incentiva a prática de esportes entre crianças de 6 a 10 anos nas comunidades de Diadema. São realizadas atividades esportivas, aulas de dança e educação para o trânsito, entre outras. O objetivo do projeto é afastar as crianças das margens da rodovia e oferecer atividades recreativas e educativas.
- Equipes Brasileiras de Voleibol Sentado: a EcoRodovias é patrocinadora oficial das seleções brasileiras masculina e feminina do voleibol sentado. No ano de 2014, com muito orgulho, foi firmado ainda mais o compromisso com o esporte ao patrocinar a equipe de vôlei de São Bernardo do Campo.
- Preservação da fauna: diversos projetos de preservação da fauna, como por exemplo o projeto Respeito à Vida, na Ecocataratas, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O

Relatório da Administração

objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação. O Grupo também apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais.

- Emissões: uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol) na frota de veículos, uso de equipamentos com maior eficiência energética e contratação de veículos fretados para o transporte de funcionários.

- Papai Noel Existe: os públicos de relacionamento da companhia escrevem cartas como se fossem o Papai Noel e a EcoRodovias distribui os presentes a entidades carentes da região.

Além disso, o Grupo EcoRodovias deu continuidade à sua participação na campanha “Década de Ação pelo Trânsito Seguro”, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que visa reduzir o número de acidentes de trânsito.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 46,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”), tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2015.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora--Continuação

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas, sendo todas as companhias domiciliadas no Brasil:

	31/12/2014	31/12/2013	Atividade principal
<u>Controladas diretas:</u>			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00%	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90,00%	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3 Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

(i) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até outubro de 2025.

(ii) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até junho de 2039.

(iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até novembro de 2021.

(iv) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021). A concessão foi contabilizada como ativo intangível.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3 Contratos de Concessão--Cotinuação

(v) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora as seguintes rodovias e trechos:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está prevista para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2.4 Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e consolidadas:

a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) são apresentadas na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para valorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

d) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

g) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras anuais da Companhia:*

Norma	Requerimento	Impacto nas Demonstrações Financeiras
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação	Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.	A Administração do Grupo avaliou os impactos da alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (ii) *A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma <i>joint venture</i> deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração do IFRS 11 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 16 e IAS 38 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou <i>joint venture</i> (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

(iii) *Alterações de pronunciamentos já existentes*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das Divulgações de <i>Offset</i> às Demonstrações Financeiras Condensadas	<p>A alteração suprime a expressão “e períodos intermediários dentro desses períodos anuais” do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas.</p> <p>No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue “uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual”. Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.</p>	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 7 - Contratos de Serviços	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 5 - Reclassificação de Ativo não Circulante Mantido para Venda e Distribuição aos Sócios/Acionistas	Esclarece-se, através da emissão de <i>guidance</i> , as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais ao critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 5 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 19 - Benefícios a Empregados - taxa de Desconto	Em um mercado ativo composto por diferentes países, com moeda funcional comum, a determinação da taxa de desconto deve ser feita com base em títulos de baixo risco do país, não no nível da moeda funcional. Vigência a partir de 01/01/2016	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 19 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 34 - Demonstração intermediária - Divulgação de Informações “em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias”	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 34 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 7,21% e 12,20% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	60	28	22.414	18.551
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	337.131	319.228	472.439	657.729
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	683	1.264	10.380	32.616
	337.874	320.520	505.233	708.896

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 17,04% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 76,51% em Operações Compromissadas e 6,45% em Letra Financeira - LF.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$10.380 (R\$4.338 em 31 de dezembro de 2013), nas demonstrações financeiras consolidadas.

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados - consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo de investimento (a)	53.165	52.491
CDBs (a)	-	18.249
Poupança (b)	1.794	10.193
	<u>54.959</u>	<u>80.933</u>
Circulante	54.959	70.740
Não circulante	-	10.193

- (a) Os Fundos de Investimentos e CDBs são remunerados à taxa de 99,1% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide Nota Explicativa nº 17).
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA); os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

Notas Explicativas

7. Clientes - consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	101.422	95.737
Cupons de pedágio	6.306	4.843
Locações/arrendamento de área	1.425	1.855
Cargas especiais	320	193
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.673	1.567
Painéis publicitários	44	91
Outras contas a receber	1.276	1.997
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(1.296)	(1.431)
	<u>111.170</u>	<u>104.852</u>

(a) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	111.099	104.615
Vencidos:		
Até 30 dias	38	100
De 31 a 60 dias	28	7
De 61 a 90 dias	5	130
Acima de 90 dias	-	1.431
Acima de 120 dias	1.296	-
	<u>112.466</u>	<u>106.283</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	1.431	55
Constituição de PCLD no exercício	539	1.392
Valores recuperados no exercício	(674)	(16)
	<u>1.296</u>	<u>1.431</u>

Notas Explicativas**8. Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	13.266	13.209	19.127	14.465
Lei Rouanet - nº 8.313/91	-	-	-	42
ISS a recuperar	-	-	1.082	9
Outros	1.215	1.314	3.009	1.316
	14.481	14.523	23.218	15.832

9. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - controladora

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui saldo a receber de R\$768 (R\$16.303 em 31 de dezembro de 2013) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

	31/12/2014	31/12/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	-	2.579
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	-	133
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - dividendos e juros sobre capital próprio	-	5.323
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos e juros sobre o capital próprio	1.752	8.268
	1.752	16.303

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Propostos	Recebidos	31/12/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	2.579	273.386	(275.965)	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	133	70.582	(70.715)	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	-	55.762	(55.762)	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	5.323	78.918	(84.241)	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	8.268	1.752	(8.268)	1.752
	16.303	480.400	(494.951)	1.752

Notas Explicativas

10. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldos iniciais	14	-	15.075	13.283
Adições	36	14	40.772	2.107
Baixas	-	-	(536)	(1.414)
Atualização monetária	4	-	2.694	1.099
Saldos finais	54	14	58.005	15.075

11. Investimentos - controladora

	Valores das investidas 31/12/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	379.696	250.877	100%	100%	379.696	401.994	250.877	289.423
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	29.567	67.795	100%	100%	29.567	32.196	67.795	57.964
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	376.229	7.376	100%	100%	376.229	289.495	7.376	27.043
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	305.448	42.876	100%	100%	305.448	341.320	42.877	43.429
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	26.939	55.627	90%	90%	24.245	29.795	50.065	58.220
	-	-	-	-	61.856	67.022	-	-
					1.177.041	1.161.822	418.990	476.079

Notas Explicativas**11. Investimentos - controladora--Continuação**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	569.470	(457.016)	-	-	117	289.423	401.994
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	26.263	(52.116)	-	-	85	57.964	32.196
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	235.133	(9.728)	37.000	-	47	27.043	289.495
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	28.849	(57.361)	-	-	87	58.220	29.795
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	326.860	(29.119)	-	-	150	43.429	341.320
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	71.794	-	-	(4.772)	-	-	67.022
	1.258.369	(605.340)	37.000	(4.772)	486	476.079	1.161.822

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	401.994	(273.386)	-	-	211	250.877	379.696
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	32.196	(70.582)	-	-	158	67.795	29.567
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	289.495	(1.752)	81.000	-	110	7.376	376.229
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	29.795	(55.762)	-	-	147	50.065	24.245
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	341.320	(78.918)	-	-	169	42.877	305.448
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	67.022	-	-	(5.166)	-	-	61.856
	1.161.822	(480.400)	81.000	(5.166)	795	418.990	1.177.041

Notas Explicativas

11. Investimentos - controladora--Continuação

	Ativo		Passivo		Receita líquida	Lucro bruto	Lucro/prejuízo operacional	Lucro/prejuízo líquido do exercício	Atribuível à:	
	circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante					Companhia	Acionista
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	125.972	1.491.053	128.331	1.108.998	1.128.114	527.187	372.365	250.877	250.877	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	164.953	1.073.667	118.106	744.285	358.402	120.623	11.654	7.376	7.376	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	15.295	194.056	26.393	153.391	248.807	135.317	102.073	67.795	67.795	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas Empresa	30.255	433.324	53.690	104.445	260.588	101.028	65.537	42.876	42.876	-
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	23.051	194.000	28.039	162.074	208.939	113.142	85.136	55.627	50.065	5.562

Notas Explicativas

12. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por valorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

a) Controladora

	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual	
		Saldos em 31/12/2012		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2012		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2013	
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Transf.			Adições	Transf.
Hardwares	15,2	8.337	3.387	(3)	11.724	3	(1.528)	1	(4.124)	7.600	5.740
Máquinas e equipamentos	11,4	676	236	(1)	916	5	(91)	-	(282)	634	485
Móveis e utensílios	9,8	805	62	-	867	-	(82)	-	(438)	429	449
Terrenos	-	1.894	180	-	2.074	-	-	-	-	2.074	1.894
Edificações	4,1	8.459	-	-	8.459	-	(343)	-	(838)	7.621	7.964
Veículos	9,7	-	103	-	103	-	(5)	-	(5)	98	-
Instalações	7,0	1.398	88	-	1.658	172	(113)	(39)	(277)	1.381	1.273
Outros	7,1	2	6.081	-	5.911	(172)	(204)	39	(165)	5.746	2
		21.571	10.137	(4)	31.712	8	(2.366)	1	(6.129)	25.583	17.807

Notas Explicativas

12. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

a) Controladora--Continuação

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2013			Custo			Depreciação			Residual	
		Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	
Hardwares	19,5	3.370	(4)	(48)	15.042	(4.124)	(2.603)	9	(6.718)	8.324	7.600	
Máquinas e equipamentos	12,0	87	-	-	1.003	(282)	(115)	-	(397)	606	634	
Móveis e utensílios	10,4	161	-	-	1.028	(438)	(99)	-	(537)	491	429	
Terrenos	-	2.074	-	-	2.074	-	-	-	-	2.074	2.074	
Edificações	4,1	8.459	-	-	8.459	(838)	(343)	-	(1.181)	7.278	7.621	
Veículos	20,4	103	-	-	103	(5)	(21)	-	(26)	77	98	
Instalações	9,8	1.658	-	48	1.923	(277)	(178)	(9)	(464)	1.459	1.381	
Outros	5,0	5.911	(194)	-	12.118	(165)	(443)	-	(608)	11.510	5.746	
		31.712	(198)	-	41.750	(6.129)	(3.802)	-	(9.931)	31.819	25.583	

Notas Explicativas

12. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação -%	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardwares	10,6	160.706	23.773	(611)	(120)	183.748	(18.163)	334	1	(128.697)	55.051	49.837
Máquinas e equipamentos	9,6	21.875	2.236	(41)	-	24.070	(2.192)	34	-	(14.371)	9.699	9.662
Móveis e utensílios	8,0	10.135	1.132	(17)	6	11.256	(4.724)	16	-	(5.560)	5.696	5.411
Terrenos	-	5.255	178	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433	5.255
Edificações	4,7	33.030	488	-	-	33.518	(14.424)	-	-	(15.981)	17.537	18.606
Veículos	18,8	9.461	985	(466)	408	10.388	(4.549)	460	1	(5.953)	4.435	4.912
Instalações	7,5	8.963	5.712	-	1.579	16.254	(1.614)	-	(190)	(2.804)	13.450	7.349
Outros	5,6	26.258	9.758	(310)	(4.024)	31.682	(4.610)	13	188	(5.912)	25.770	21.648
		275.683	44.262	(1.445)	(2.151)	316.349	(153.003)	857	-	(179.278)	137.071	122.680

Notas Explicativas

12. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

b) Consolidado--Continuação

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2013			Custo			Saldos em 31/12/2014			Depreciação			Residual	
		31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Transf.	Baixas	Adições	Transf.	Baixas	Adições	Transf.	31/12/2014
Hardwares	10,6	183.748	18.993	(306)	205	202.640	(128.697)	(20.452)	272	83	(148.794)	53.846	55.051		
Máquinas e equipamentos	9,2	24.070	4.428	(26)	81	28.553	(14.371)	(2.418)	22	-	(16.767)	11.786	9.699		
Móveis e utensílios	8,2	11.256	1.955	(106)	-	13.105	(5.560)	(998)	86	(54)	(6.526)	6.579	5.696		
Terrenos	-	5.433	-	-	-	5.433	-	-	-	-	-	5.433	5.433		
Edificações	4,7	33.518	-	-	-	33.518	(15.981)	(1.582)	-	2	(17.561)	15.957	17.537		
Veículos	15,7	10.388	4.237	(178)	441	14.888	(5.953)	(2.005)	55	-	(7.903)	6.985	4.435		
Instalações	9,5	16.254	7.872	(69)	46	24.103	(2.804)	(1.910)	33	(11)	(4.692)	19.411	13.450		
Outros	6,8	31.682	13.664	(955)	(11.838)	32.553	(5.912)	(1.747)	14	1.674	(5.971)	26.582	25.770		
		316.349	51.749	(1.640)	(11.065)	354.793	(179.278)	(31.112)	482	1.694	(208.214)	146.579	137.071		

Notas Explicativas

12. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

b) *Consolidado--Continuação*

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 16). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 17) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$378 (R\$934 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

13. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Notas Explicativas

13. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

a) Controladora

Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual			
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012
-	769	396	-	(8)	1.157	-	-	1.157	-	769
15,8	33.160	7.031	(11)	-	40.180	(18.799)	(5.805)	(24.604)	(24.604)	14.361
	33.929	7.427	(11)	(8)	41.337	(18.799)	(5.805)	(24.604)	(24.604)	15.130

Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	1.157	-
13,3	40.180	11.317	(77)	51.420	(24.604)	(6.104)	(30.708)	20.712	21.869	15.576
	41.337	11.317	(77)	52.577	(24.604)	(6.104)	(30.708)	21.869	21.869	16.733

Notas Explicativas

13. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

b) Consolidado

	Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual										
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014
Contratos de concessão	(a)	3.551.537	545.607	(311)	2.151	4.098.984	(1.122.848)	(159.729)	77	(1.282.500)	2.816.484			2.816.484				2.428.689
Softwares de terceiros	14,6	42.676	8.596	(11)	-	51.261	(25.430)	(6.828)	-	(32.258)	19.003			19.003				17.246
Outros	-	14	-	-	-	14	(5)	-	-	(5)	9			9				9
		3.594.227	554.203	(322)	2.151	4.150.259	(1.148.283)	(166.557)	77	(1.314.763)	2.835.496			2.835.496				2.445.944

	Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual						
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013
Contratos de concessão	(a)	4.098.984	531.787	(1.111)	11.065	4.640.725	(1.282.500)	(210.160)	169	(1.694)	3.146.540			2.816.484
Softwares de terceiros	12,8	51.261	13.526	(110)	-	64.677	(32.258)	(7.394)	5	-	25.030			19.003
Outros	-	14	521	-	-	535	(5)	-	-	(5)	530			9
		4.150.259	545.834	(1.221)	11.065	4.705.937	(1.314.763)	(217.554)	174	(1.694)	3.172.100			2.835.496

(a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2014 foram de 4,80% (4,17% em 31 de dezembro de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014	31/12/2014
Provisão para contingências	9.861	1.146	(707)	10.300	439
Provisão FAP	207	152	(169)	190	(17)
Provisão para férias e encargos de diretores	85	111	(99)	97	12
Prejuízo fiscal base 2013	3.164	1.568	(3.773)	959	(2.205)
Provisão para devedores duvidosos	456	171	(258)	369	(87)
Provisão para manutenção	64.266	13.525	(124)	77.667	13.401
AVP ônus Concessão	2.853	1.339	(994)	3.198	345
Juros capitalizados	(2.271)	(124)	533	(1.862)	409
Efeito Lei 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(62.815)	-	3.342	(59.473)	3.342
Realização do ágio na incorporação	77.416	-	(9.583)	67.833	(9.583)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	93.222	17.888	(11.832)	99.278	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					6.056

Em atendimento ao CPC 32, registramos R\$125.626 no ativo não circulante e R\$26.348 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado--**
Continuaçãoa) Tributos diferidos--Continuação

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2014	-	15.288
2015	21.250	15.288
2016	21.250	15.288
2017	20.519	15.288
2018	20.519	15.288
2019 a 2023	20.519	32.848
Após 2024	(4.779)	(16.066)
	<u>99.278</u>	<u>93.222</u>

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*);
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Notas Explicativas**14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado--**
Continuaçãob) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	404.214	439.429	621.993	679.788
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(137.433)	(149.406)	(211.478)	(231.128)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	-	7.439	-	7.439
Equivalência patrimonial	132.417	146.990	-	-
Despesas indedutíveis	(78)	(76)	(212)	(522)
Amortização de ágio	(2.549)	(1.622)	(7.523)	(6.346)
Incentivos fiscais (PAT)	73	18	935	823
Outros	(52)	(168)	(1.559)	(982)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.622)	3.175	(219.837)	(230.716)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.324)	18	(225.893)	(212.274)
Impostos diferidos	(2.298)	3.157	6.056	(18.442)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial provisão IR/CS	-	-	12.804	18.747
Despesa IR/CS DRE	5.324	(18)	225.893	212.274
Total de IR/CS pagos no exercício	(4.019)	18	(202.063)	(218.217)
Saldo final provisão IR/CS	1.305	-	36.634	12.804

Notas Explicativas**15. Impostos, taxas e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos sobre faturamento:				
ISS	215	116	8.462	7.901
COFINS	405	499	5.554	5.224
PIS	88	108	1.204	1.132
ISS na fonte	28	25	2.112	2.506
INSS na fonte	41	54	1.139	1.916
IRRF s/ prest. serviços	91	54	520	434
Outros impostos	193	144	1.168	1.502
	1.061	1.000	20.159	20.615

16. Empréstimos e financiamentos - consolidado

Finalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2014	31/12/2013
Em moeda nacional:				
Capital de giro (c)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	-	44.782
Capital de giro (d)	Dezembro de 2014	108,4% do CDI	-	26.167
Capital de giro (b)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	-	35.403
Capital de giro (f)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	-	13.469
Capital de giro (e)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	-	36.640
Capital de giro (g)	Dezembro de 2014	108,4% do CDI	-	22.142
Capital de giro (h)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	-	35.538
Finame (i)	Maio de 2017	TJLP + 5%	436	500
Finame (i)	Abril de 2017	TJLP + 3,4%	434	563
Finame (j)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	343	387
Finame (m)	Novembro de 2020	6,0% a.a.	278	-
Finame (k)	Abril de 2020	6% a.a.	1.094	-
Finame (k)	Julho de 2018	3% a.a.	192	-
Finem (l)	Julho de 2018	TJLP + 2,30% a.a.	23.281	29.720
Finem (a)	Julho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	230.946	197.898
			257.004	443.209
Circulante			34.034	242.144
Não circulante			222.970	201.065

Notas Explicativas**16. Empréstimos e financiamentos - consolidado--Continuação**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	26.395
2016	38.429	30.983
2017	38.162	30.724
2018	35.350	27.936
2019	31.699	24.397
Posteriores a 2019	79.330	60.630
	<u>222.970</u>	<u>201.065</u>

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	443.209	306.226
Adições	139.179	164.092
Encargo financeiro	39.855	32.583
Pagamento de juros	(40.310)	(22.949)
Pagamento do principal	(324.929)	(36.743)
Saldo final	<u>257.004</u>	<u>443.209</u>

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos - consolidado--Continuação

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecovia	HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(c)	Ecovia	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(d)	Ecovia	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(e)	Ecosul	HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(f)	Ecosul	Santander	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Em 31 de dezembro de 2014, o contrato havia sido quitado, não havendo assim mais obrigatoriedade de cumprimento de índices financeiros.	Aval da EcoRodovias Infra e Cessão Fiduciária dos direitos creditórios do pedágio.
(g)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios de todas as suas praças.
(i)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(k)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(m)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

(a) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,83

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

17. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Principal corrigido	880.404	841.023	2.579.811	2.271.137
Remuneração (juros)	12.997	11.533	62.687	63.115
Custos com emissão de debêntures (*)	(15.708)	(17.992)	(49.031)	(54.789)
	877.693	834.564	2.593.467	2.279.463
Circulante	9.892	9.248	80.049	169.903
Não circulante	867.801	825.316	2.513.418	2.109.560

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	834.564	797.535	2.279.463	1.443.589
Adições	-	-	290.539	850.639
Encargos financeiros	102.689	88.357	284.345	232.919
Pagamento juros	(59.560)	(51.328)	(185.670)	(107.135)
Pagamento de principal	-	-	(75.210)	(140.549)
Saldo final	877.693	834.564	2.593.467	2.279.463

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2014, a 1ª emissão de Debêntures da controlada direta Ecovias já havia sido integralmente quitada.

Notas Explicativas

17. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia		Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas		Ecovia		Ecosul	
	1ª Emissão		2ª Emissão		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações	
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações	
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)		881 (em duas séries)		370 (em quatro séries)		14.300 (série única)		14.800 (série única)	
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10,00		R\$1.000,00		R\$1.000,00		R\$10.000		R\$10.000	
Data da emissão	23/10/2012		07/05/2013		15/01/2011		04/11/2014		04/11/2014	
Valor da emissão	R\$ 800.000		R\$ 881.000		R\$370.000		R\$143.000		R\$148.000	
	1ª série - R\$ 240.000		1ª série - R\$ 200.000		1ª série - R\$92.500		R\$143.000		R\$148.000	
	2ª série - R\$ 160.000		2ª série - R\$ 681.000		2ª série - R\$92.500					
	3ª série - R\$ 400.000				3ª série - R\$92.500					
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	1ª série - R\$10,14 2ª série - R\$11,56 3ª série - R\$11,56		1ª série - R\$1,129 2ª série - R\$1,133 3ª série - R\$ -		1ª série - R\$1,301 2ª série - R\$1,231 3ª série - R\$1,208 4ª série - R\$1,183		N/A		N/A	
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA		1ª e 2ª séries - IPCA		1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.		Atualização monetária anual pela variação do CDI		Atualização monetária anual pela variação do CDI	
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.		1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA		1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.		105,7% do CDI		105,7% do CDI	
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)		1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)		1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)		04/03/2016		04/03/2016	

Notas Explicativas

17. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecovias	Ecosul
		1ª Emissão	2ª Emissão		
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	04/03/2016	04/03/2016
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (lucros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	N/A	N/A	N/A
			1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)		
			a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).		
			b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).		

Notas Explicativas

17. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia		Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas	Ecovia		Ecosul
	1ª Emissão	2ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão		1ª Emissão	2ª Emissão	
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	N/A	N/A	Itaú Unibanco S.A.	N/A	N/A	N/A
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. DTVM S.A.	Pentágono S.A. DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	N/A	N/A	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio	Não há garantias de qualquer natureza	Não há garantias de qualquer natureza	Não há garantias de qualquer natureza
Clausulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos financeiros	"brAAA" da Standard & Poors Menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida.	"brAAA" da Standard & Poors. (i) Menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras.	"brAAA" da Standard & Poors. (i) Menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras.	"brAAA" da Standard & Poors. (i) Menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras.	"brAAA" da Standard & Poors. (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Não há classificação de riscos Não possuem índices financeiros exigidos.	Não há classificação de riscos Não possuem índices financeiros exigidos.	Não há classificação de riscos Não possuem índices financeiros exigidos.

Notas Explicativas**17. Debêntures--Continuação**

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado abaixo:

Ecorodovias Concessões e Serviços (Companhia)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	2,00
(ii) EBTIDA/Despesa financeira líquida	>2,0	4,08
Ecovias - 1ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,59
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	3,87
Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,59
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	6,05
Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,83

(*) Índices não auditados pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	-	-	-	(3.105)	(3.105)
2016	79.992	(2.990)	77.002	79.992	(2.990)	77.002
2017	79.992	(2.888)	77.104	79.992	(2.888)	77.104
2018	171.502	(2.516)	168.986	167.795	(2.516)	165.279
2019	91.486	(1.549)	89.937	87.779	(1.549)	86.230
2020	152.464	(1.336)	151.128	87.779	(1.336)	86.443
2021 em diante	304.967	(1.323)	303.644	337.686	(1.323)	336.363
	880.403	(12.602)	867.801	841.023	(15.707)	825.316
	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	-	-	18.953	(7.466)	11.487
2016	395.210	(7.323)	387.887	102.721	(7.231)	95.490
2017	113.523	(7.522)	106.001	111.461	(7.523)	103.938
2018	216.587	(7.293)	209.294	212.880	(7.039)	205.841
2019	260.739	(5.570)	255.169	147.045	(5.375)	141.670
2020	337.583	(4.875)	332.708	262.911	(4.875)	258.036
2021 em diante	1.230.973	(8.614)	1.222.359	1.302.161	(9.063)	1.293.098
	2.554.615	(41.197)	2.513.418	2.158.132	(48.572)	2.109.560

Notas Explicativas

17. Debêntures--Continuação

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão						
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecovia	Debêntures - 1ª série	04/11/14	143.000	(233)	142.767	105,7% CDI	CDI + 4,59%
Ecosul	Debêntures - 1ª série	17/11/14	148.000	(228)	147.772	105,7 % CDI	CDI + 4,17%
			<u>2.792.000</u>	<u>(73.269)</u>	<u>2.718.731</u>		

18. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Notas Explicativas

18. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	1.636	3.078
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	544	391
Ecopátio Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	145	-
Anish Empreendimentos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	65	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	4.195	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	6.063	4.717
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	1.960	1.842
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	5.648	665
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (k)	Controlada	11	15
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	323	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (k)	Controlada	9	42
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.118	767
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	5.270	591
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	25	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (h)	Controlada	-	12
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	25	1
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (k)	Controlada	13	17
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	-	88
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.585	469
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	132	-
Elog Logística Sul Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	4	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	7	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	22	46
		28.800	12.741
Não circulante			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	-	71
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	96.252	87.313
		96.252	87.384
Total do ativo		125.052	100.125
Passivo			
Circulante			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	-	88
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	53	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	7	7
Elog Logística Sul Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	30	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	2	-
Elog S.A. (h)	Outras partes relacionadas	23	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	-	2
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	20	29
		135	126
Total do passivo		135	126

Notas Explicativas

18. Partes relacionadas--Continuação

	Natureza	Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	20.924	19.743
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	225	212
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (c)	Controlada	6.957	5.081
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	6.146	651
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	9.994	4.903
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	79.205	65.808
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	25.058	23.635
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	36.108	8.596
Ecopátio Cubatão Ltda; (c)	Outras partes relacionadas	273	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	4.970	-
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	1.813	-
Anish Empreend. Imob. Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	70	-
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	9.105	3.000
		200.848	131.629
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	10.517	7.529
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	1	1.378
		10.518	8.907
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	231	219
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	225	212
		456	431
		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	145	-
Anish Empreendimentos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	65	-
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	323	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	4.195	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	6	46
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	42	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.117	767
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.585	469
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	11	1
Elog Logística Sul Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	4	-
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	5.270	591
		12.763	1.874
Intangível			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	6.926	3.364
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	42.900	32.099
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	45.614	18.660
Consórcio Serra do Mar S.A. (d)	Outras partes relacionadas	199.469	116.867
		294.909	170.990
Total do ativo			
		307.672	172.864

Notas Explicativas**18. Partes relacionadas--Continuação**

	Natureza	Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Circulante - contas a pagar			
Elog S.A. (h)	Outras partes relacionadas	2	-
Termares Terminais Marítimo Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	2	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	30	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	42	39
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	118	309
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	169	1.194
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	1.468	262
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	999	1.512
		2.830	3.316
Total do passivo		2.830	3.316
Resultado			
Receita			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	273	-
Termares Terminais Marítimo Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	4.970	-
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	1.813	-
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	9.105	3.000
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	9.994	4.903
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	6.146	651
Anish Empreendimentos Imobiliários (c)	Outras partes relacionadas	70	-
		32.371	8.554
Despesa			
STP - Serviços Tecnologia e Pagamentos (g)	Outras partes relacionadas	-	2.264
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Controladora	530	461
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	54	-
		584	2.725

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$96.252 (R\$87.313 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2016.
- O valor de R\$71 em 31 de dezembro de 2013 referia-se ao contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo foi corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento finalizado em 28 de fevereiro de 2014, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$209.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de dezembro de 2014 é de R\$28.552 (R\$12.520 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

18. Partes relacionadas--Continuação

- (d) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada direta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada direta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$359.008, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é janeiro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foram incorridos R\$339.995, e há um saldo de serviços a realizar de R\$19.013. Os saldos em aberto a pagar R\$1.468 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$40.505 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$4.000, totalizando R\$44.505, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é agosto de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$7.901. Os saldos em aberto a pagar de R\$169 (sobre serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrtton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$213.775, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2014 há um saldo de serviços a realizar de R\$156.087. Os saldos em aberto a pagar R\$1.117 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (g) Em 20 de março de 2013, a Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha.
- (h) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (i) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (j) Refere-se ao aluguel de imóvel, no qual está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (k) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2014.
- (l) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$20.

Notas Explicativas

18. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento, são fixadas e assumidas pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários e outras obrigações a pagar	8.534	5.525	16.424	12.472
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	1.182	777	2.539	1.988
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	415	290	834	689
IRRF a recolher	859	665	1.364	1.160
Contribuição sindical a recolher	1	1	3	21
Provisão de férias	4.886	3.251	9.452	7.706
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	1.717	1.213	3.393	2.860
	17.594	11.722	34.009	26.896

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado

(i) Outorgas fixas e variáveis

	31/12/2014	31/12/2013
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	48.363	57.806
Variável - Ecosul (e)	139	137
Variável - Ecovias (b)	1.308	1.206
Variável - Ecopistas (b)	359	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	223	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	588	1.550
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	261	249
	51.241	61.485
Circulante	18.993	18.888
Não circulante	32.248	42.597

Notas Explicativas**20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado--Continuação****(i) Outorgas fixas e variáveis--Continuação**

- (a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2014, restam 40 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 83,33% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).
- (b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado mensal é de R\$223 (R\$213 em 31 de dezembro de 2013).
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014, a parcela reajustada é de R\$261 (R\$249 em 31 de dezembro de 2013).

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	14.194
2016	14.717	12.962
2017	13.440	11.838
2018	4.091	3.603
	<u>32.248</u>	<u>42.597</u>

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	61.485	69.677
Custo (vide Nota Explicativa nº 27)	25.793	33.587
Variação monetária sobre credor pela concessão	6.393	7.644
Pagamento do principal	(42.430)	(49.423)
Saldo final	<u>51.241</u>	<u>61.485</u>

Notas Explicativas

20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado--Continuação

(ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (a) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.

Notas Explicativas**20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado--Continuação**(ii) Outros compromissos relativos a concessões--Continuação*Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas--Continuação*

- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

31/12/2014						
	Ecovia previsão de 2015 a 2021	Ecosul previsão de 2015 a 2026	Ecovias previsão de 2015 a 2018	Ecocataratas previsão de 2015 a 2021	Ecopistas previsão de 2015 a 2039	Total
<u>Natureza dos custos</u>						
Melhorias na infraestrutura	124.320	268.508	207.664	49.452	214.667	864.611
Conservação especial (manutenção)	54.441	65.486	282.187	291.568	403.270	1.096.952
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	318.344
Total	189.188	347.037	535.767	398.713	809.202	2.279.907

31/12/2013						
	Ecovia previsão de 2014 a 2021	Ecosul previsão de 2014 a 2026	Ecovias previsão de 2014 a 2018	Ecocataratas previsão de 2014 a 2021	Ecopistas previsão de 2014 a 2039	Total
<u>Natureza dos custos</u>						
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736
Total	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763	2.511.182

Notas Explicativas

21. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia e Ecocataratas

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2014 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degrau tarifário previsto para dezembro de 2014.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI encerrou-se em dezembro de 2014, com a aprovação do relatório final, no qual foram elencadas algumas recomendações.

Notas Explicativas

21. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia e Ecocataratas--Continuação

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como em razão da publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

22. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 10,54% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	-	619.458
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	-	(129.991)
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	-	(385.722)
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	16.887	74.303
	<u>178.662</u>	<u>74.907</u>	<u>(92.408)</u>	<u>16.887</u>	<u>178.048</u>
Circulante	<u>63.531</u>				<u>49.932</u>
Não circulante	<u>115.131</u>				<u>128.116</u>
	31/12/2013	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para manutenção	619.458	124.258	-	-	743.716
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	(20.562)	-	-	(150.553)
Realização da manutenção	(385.722)	-	(78.661)	-	(464.383)
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	-	-	15.183	89.486
	<u>178.048</u>	<u>103.696</u>	<u>(78.661)</u>	<u>15.183</u>	<u>218.266</u>
Circulante	<u>49.932</u>				66.827
Não circulante	<u>128.116</u>				151.439

Notas Explicativas

23. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.326)	(564)	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	170	8.609
	<u>12.181</u>	<u>(564)</u>	<u>170</u>	<u>11.787</u>
Circulante	2.141			9.519
Não circulante	10.040			2.268

	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.890)	(1.687)	-	(9.577)
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	-	169	8.778
	<u>11.787</u>	<u>(1.687)</u>	<u>169</u>	<u>10.269</u>
Circulante	9.519	-	-	7.832
Não circulante	2.268	-	-	2.437

24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado

Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Notas Explicativas**24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado--**
Continuação

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas		Total
		(c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	-	-	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	93	-	93
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	2	-	2
(+) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	95	-	95

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas		Total
		(c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	-	95	-	95
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	42	-	42
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	13	-	13
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	150	-	150

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas		Total
		(c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	17.727	17.959	2.678	38.364
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	37.873	2.785	373	41.031
(-) Pagamentos	(5.643)	(11.739)	-	(17.382)
(+) Atualização monetária	1.494	1.506	193	3.193
(+) Reclassificações	(103)	56	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51.348	10.567	3.291	65.206

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas		Total
		(c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	51.348	10.567	3.291	65.206
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	14.048	1.715	1.626	17.389
(-) Pagamentos	(4.371)	(2.955)	(325)	(7.651)
(+) Atualização monetária	1.627	1.684	64	3.375
Saldos em 31 de dezembro de 2014	62.652	11.011	4.656	78.319

Notas Explicativas

24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado-- Continuação

(a) *Processos cíveis*

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A principal causa provável é da controlada direta Ecovias, que possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (R\$39.895 atualizado em 31 de dezembro de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014, foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado deste depósito judicial é de R\$39.895.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$30.802 (R\$22.004 em 31 de dezembro de 2013), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) *Processos tributários*

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2014, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$22.705 (R\$14.654 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário classificado como possível é conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada direta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$6.730 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2013).

(c) *Processos trabalhistas*

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2014, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$32.637 (R\$22.305 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada Ecocataratas, que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para esta ação, atualizado até 30 de setembro de 2014 de R\$2.097. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, o qual foi reconhecido em sentença, devendo a Sideco S.A. pagar a Ecorodovias 84,48% do valor da condenação. A Sideco reconheceu a validade desta decisão, e pagará mediante acordo realizado a partir de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014 o total de reserva legal é de R\$98.457 (R\$78.843 em 31 de dezembro de 2013).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2014 no valor de R\$396.578 refere-se a: R\$26.609 saldo de dividendos remanescentes de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014; R\$369.969 dividendos intermediários do exercício de 2014 aprovados em reuniões do conselho de administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2015, calculados conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	396.593	442.604
Constituição de reserva legal	(19.830)	(22.131)
Base de cálculo dos dividendos	376.763	420.474
Dividendos intermediários pagos	(369.969)	(371.984)
Juros s/capital próprio pagos	-	(21.880)
Saldo de dividendos	6.794	26.609
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	(6.794)	(26.609)

Notas Explicativas**25. Patrimônio Líquido--Continuação**e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	3.311	3.205
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(6.196)	(6.373)
Reserva de capital - plano de opções	16	10
Participação nos lucros do exercício	5.563	6.469
Saldo final	<u>2.694</u>	<u>3.311</u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia, e este é originado da controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

Notas Explicativas**25. Patrimônio Líquido--Continuação**f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O Conselho de Administração disponibilizou 1.249.521 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	-	26.454	342.076	880.991
Preço do período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2014, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" de R\$1.682 (R\$880 em 31 de dezembro de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários. As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	26.454	-	-	26.454
Em 31 de dezembro de 2012	26.454	-	-	26.454
Outorgadas	-	342.076	-	342.076
Em 31 de dezembro de 2013	26.454	342.076	-	368.530
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	26.454	342.076	-	368.530
Outorgadas	-	-	880.991	880.991
Em 30 de junho de 2014	26.454	342.076	880.991	1.249.521
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	26.454	342.076	880.991	1.249.521

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido--Continuação

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15,61	312.379	2,19	683	11 meses
2016	15,61	312.381	2,67	835	23 meses
2017	15,62	305.766	3,16	966	35 meses
2018	12,37	220.250	2,10	463	47 meses
		1.150.776	2,53	2.947	

26. Receita líquida

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio,
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Notas Explicativas**26. Receita líquida--Continuação**Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	735.556	718.492
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	889.193	804.230
Vale-pedágio	-	-	150.621	165.664
Outras	-	-	759	770
	-	-	1.776.129	1.689.156
Receita de construção	-	-	526.144	479.249
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	201.116	131.628	93.425	64.192
Receita bruta	201.116	131.628	2.395.698	2.232.597
Deduções de receita bruta (d)	(22.551)	(14.783)	(181.216)	(165.043)
Receita líquida	178.565	116.845	2.214.482	2.067.554

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

Notas Explicativas**26. Receita líquida--Continuação**Imposto sobre prestação de serviços--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	1.776.129	1.689.156
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	201.116	131.628	93.425	64.192
	201.116	131.628	1.869.554	1.753.348
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(15.245)	(10.003)	(70.366)	(62.361)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(3.310)	(2.172)	(15.253)	(13.516)
ISS (2% a 5%)	(3.996)	(2.608)	(95.387)	(89.095)
Devoluções e abatimentos	-	-	(210)	(71)
	(22.551)	(14.783)	(181.216)	(165.043)

27. Custos e despesas operacionais - por natureza

Controladora	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	80.922	52.982
Conservação e manutenção	4.957	1.468
Serviços de terceiros	18.758	14.138
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	2.837	2.296
Depreciações e amortizações	9.906	8.171
Outros custos operacionais	10.454	5.651
	127.834	84.706
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	127.834	84.706

Notas Explicativas**27. Custos e despesas operacionais - por natureza--Continuação**

Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	184.389	148.063
Conservação e manutenção	69.413	76.704
Serviços de terceiros (*)	85.363	70.934
Seguro (vide Nota Explicativa nº 32)	11.574	11.410
Provisão para manutenção	103.696	74.907
Custos de construção	526.144	479.249
Poder concedente	25.793	33.587
Depreciações e amortizações	248.666	193.689
Locações de imóveis e máquinas	12.468	11.361
Outros custos e despesas operacionais	46.390	46.271
	1.313.896	1.146.175
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.232.556	1.063.086
Despesas operacionais gerais e administrativas	81.340	83.089
	1.313.896	1.146.175

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	33.841	19.298	73.568	56.795
Variação monetária sobre debêntures	1.215	-	4.745	5.542
Variação monetária ativa	704	-	6.101	-
Juros sobre mútuo	10.518	8.907	-	-
Outras receitas financeiras	2	518	318	1.726
	46.280	28.723	84.732	64.063
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(61.023)	(54.492)	(149.221)	(131.688)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(39.855)	(32.583)
Variação monetária sobre debêntures	(40.596)	(32.456)	(133.590)	(91.798)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(6.393)	(7.644)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.285)	(3.409)	(6.279)	(9.433)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(15.352)	(17.057)
Outras despesas financeiras	(2.671)	(2.383)	(13.086)	(15.098)
	(106.575)	(92.740)	(363.776)	(305.301)
Resultado financeiro	(60.295)	(64.017)	(279.044)	(241.238)

Notas Explicativas

29. Lucro por ação - controladora e consolidado

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	396.593	442.604
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,57</u>	<u>0,64</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções divulgada na Nota Explicativa 25.f, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

30. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a PLR foi de R\$7.831 (R\$2.956 em 31 de dezembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Notas Explicativas

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de capital--Continuação

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Dívida (a)	877.693	834.564	2.901.709	2.784.157
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(337.874)	(320.520)	(560.192)	(789.829)
Dívida líquida	539.819	514.044	2.341.517	1.994.328
Patrimônio líquido (b)	805.177	803.480	807.871	806.791
Índice de endividamento líquido	0,67	0,64	2,90	2,47

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 16, 17 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de capital--Continuação

Considerações gerais--Continuação

- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 16, 17 e 20.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	22.414	22.414
Cientes (i)	Empréstimos e recebíveis	111.170	111.170
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	537.778	537.778
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	59.682	59.682
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	257.004	257.004
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.513.418	2.513.418
Obrigações com o poder concedente (iv)	Outros passivos financeiros	51.241	56.594

- (i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures se aproximam do valor justo na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

Notas Explicativas

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de capital--Continuação

a) *Risco de mercado--Continuação*

(i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$88.114 (R\$85.228 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Notas Explicativas**31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--**

Continuação

Gestão de capital--Continuaçãoc) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	37.992	39.655	37.585	138.145
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	10.820	6.343	33.151
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	12.212	16.830	17.449	168.756
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	27.558	29.052	99.599	170.365
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	35.292	58.241	64.147	691.951
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	9.203	10.263	10.846	259.573
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	24.615	27.453	29.012	847.046
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.182	9.010	9.719	326.911
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	31.376	34.554	37.272	1.556.538
Debêntures	CDI + 105,7% a.a.	34.316	303.949	-	-
Finame	3,0% a.a.	112	109	107	253
Finame	6,00% a.a.	256	248	236	528
Finame	TJLP + 2,99% a.a.	460	429	154	-
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	7.934	7.482	7.025	3.888

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

Notas Explicativas**31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--**
ContinuaçãoAnálise de sensibilidade--Continuação*Risco de variação nas taxas de juros--Continuação*

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	48.270	36.203	24.135
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(27.827)	(32.712)	(37.522)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(33.902)	(34.819)	(35.745)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(39.628)	(40.383)	(41.141)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(35.348)	(35.959)	(36.575)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(15.136)	(17.595)	(20.029)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(34.772)	(42.194)	(49.591)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(77)	(96)	(115)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(138.420)</u>	<u>(167.555)</u>	<u>(196.583)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2014 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,75%	14,69%	17,63%
IGP-M (b)	5,73%	7,16%	8,60%
IPCA (c)	6,71%	8,39%	10,07%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

32. Seguros contratados - consolidado

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$585 milhões
Equipamentos	R\$254 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$877 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$7.371 milhões
Seguro - sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1.594 milhões
"All Risk" - operacionais	R\$2.549 milhões
"All Risk" - obras de manutenção e conservação	R\$200 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - engenharia	R\$25 milhões

33. Plano de previdência privada - consolidado

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$2.184 (R\$1.563 em 31 de dezembro de 2013), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

Flavio Viana De Freitas

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Claudio Costa

Diretor Executivo de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Valter Luis Arruda Lana

Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

Flavio Viana De Freitas

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Claudio Costa

Diretor Executivo de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Valter Luis Arruda Lana

Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios